

Intelectuais, ditadura e modernização em Santa Catarina

Intellectuals, dictatorship and modernization in Santa Catarina

Michel Goulart da Silva¹

Resumo: Neste artigo procura-se discutir a ideia de modernização elaborada por uma parcela dos intelectuais durante a ditadura, principalmente na década de 1970. Em grande medida o artigo busca analisar a produção dos intelectuais que atuaram em Santa Catarina, em especial Alcides Abreu e Nereu do Valle Pereira, vinculados aos governos que surgiram a partir do golpe civil-militar de 1964. Nessa análise se percebe a produção de uma cultura política compartilhada por escritores, professores e outros intelectuais, que colaboraram com a construção de um discurso de legitimação do regime ditatorial.

Palavras-chave: Intelectuais; Modernização; Ditadura; Cultura Política.

Abstract: In this article we try to discuss the idea of modernization elaborated by a portion of the intellectuals during the dictatorship, mainly in the decade of 1970. To a large extent the article seeks to analyze the production of the intellectuals who worked in Santa Catarina, especially Alcides Abreu and Nereu do Valle Pereira, linked to the governments that emerged from the civil-military coup of 1964. In this analysis we can see the production of a political culture shared by writers, teachers and other intellectuals, who collaborated with the construction of a discourse of legitimation of the dictatorship.

Keywords: Intellectuals; Modernization; Dictatorship; Political Culture.

Embora no Brasil o debate sobre a ideia de modernização tenha ganhado maior força na década de 1960, essa preocupação aparece de forma mais sistemática apenas na década seguinte, na administração pública e na intelectualidade do estado de Santa Catarina, especialmente por meio da gestão do governador Colombo Machado Salles, em especial por conta de seu programa de governo conhecido como Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), e das pesquisas realizadas pelo sociólogo Nereu do Valle Pereira, que buscou discutir o processo de transformação urbana ocorrido em Florianópolis. Nessas pesquisas, sistematizadas a partir da década de 1970, Pereira define modernização como “uma sucessão de etapas que articuladamente são seguidas e vividas em função de novos objetivos ou estágios fixado” (PEREIRA, 1974, p. 74). Pereira ressalta, por outro lado, que, enquanto “processo cultural”, a modernização se refere “ao homem em seu contexto, como animal social”, sendo “um processo

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa “Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil (1964-1985)”, que contou com o financiamento do IFC e da FAPESC e com a participação das bolsistas Simone Ribeiro e Brenda Rocha.

no qual o conjunto de ideias, crenças, valores e símbolos próprios de cada grupo humano são alterados, modificados ou substituídos” (PEREIRA, 1974, p. 74).

Procura-se discutir no presente artigo a ideia de modernização desenvolvida por uma parcela da intelectualidade durante a ditadura civil-militar, em especial no período conhecido como “milagre brasileiro”, por volta de 1970. No artigo analisa-se algumas das produções de intelectuais que atuaram no estado de Santa Catarina, em especial Alcides Abreu e Nereu do Valle Pereira, vinculados aos governos que surgiram a partir do golpe de 1964. Percebe-se em diferentes textos a produção de uma cultura política compartilhada por escritores, professores e outros intelectuais, que colaboraram com a construção de um discurso de legitimação do regime ditatorial.

Pensando a modernização

Modernização pode ser entendida “como uma política deliberadamente conduzida para a mudança, em que o intervencionismo estatal se faz fundamental no sentido de alcançar os resultados esperados” (SILVA, 2013, p. 19b). O conceito foi incorporado de diferentes formas na produção teórica de diversos intelectuais, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970. O conceito de modernização, aplicado por Pereira à análise das transformações urbanas da capital catarinense, foi construído pelo autor a partir de outras “teorias da modernização”, elaboradas desde a década de 1950. Essas teorias visavam apresentar teses explicativas para os processos de transformação das mais variadas sociedades, nas esferas econômica, social e política, criando conceitos para polarizações como “atrasados” e “avançados” ou “arcaicos” e “modernos”. Essas dicotomias dualistas aparecem nas teses defendidas pela CEPAL, órgão vinculado à UNESCO, em âmbito internacional, e no ISEB, no caso brasileiro, bem como na Escola Superior de Guerra (ESG). Essas ideias buscam tanto apresentar explicações gerais acerca dos fenômenos de transformação social como para situações regionais particulares. Entre esses intelectuais, Hélio Jaguaribe, em momento posterior ao fechamento do ISEB, do qual foi parte, diferencia crescimento econômico e desenvolvimento, afirmando que o primeiro “se refere ao simples quantitativo da riqueza ou do produto *per capita*”, enquanto o segundo “abrange o sentido de um aperfeiçoamento qualitativo da economia, através de melhor divisão social do trabalho, do emprego de melhor tecnologia e de melhor utilização dos recursos naturais e do capital” (JAGUARIBE, 1969, p. 13).

Para a elaboração de sua teoria, Nereu do Valle Pereira menciona alguns intelectuais, como Eisenstadt e Germani. Em um dos textos citados por Pereira, modernização é definida por Eisenstadt como

o processo de mudança para os tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa ocidental e América do Norte entre os séculos XVII e XIX, espalhando-se, então, por outros países europeus, e nos séculos XIX e XX, pelos continentes sul-americano, asiático e africano (EISENSTADT, 1969, p. 11).

No livro *Política e sociedade numa época de transição*, analisado por Pereira, Gino Germani se propõe a discutir a “transição entre a sociedade industrial e a sociedade tradicional”. Germani afirma que “a transição global pode ser considerada como constituída de três processos maiores”, o econômico, o social e o político, onde os processos principais e seus subprocessos “encontram-se inter-relacionados, o que permite observar certo grau de correlação estatística entre os correspondentes indicadores” (GERMANI, 1973, p. 10). Esse processo estrutura-se em sequências que ocorrem a partir dos processos principais e dos diferentes subprocessos que os compõem, além do ritmo, da velocidade e da orientação de cada um deles, que pode variar em cada país, de acordo com as numerosas causas e os múltiplos fatores. Essas diferenças e fatores podem ser “tanto de ordem interna (própria de cada país) como de externas, ou seja, como consequência das diferentes formas de impacto exercido pelo ‘sistema internacional’ e, particularmente, pelos países dominantes” (GERMANI, 1973, p. 10).

Nessa teoria da modernização, os países apresentam diferentes *estádios de desenvolvimento*, nos termos do próprio Germani, definido como “uma cristalização particular da configuração estrutural resultante de certa sequência e certos ritmos, velocidade e orientação da série de processos e subprocessos que têm caracterizado o curso da transição até o momento” (GERMANI, 1973, p. 10). Essas etapas são também identificadas como *momentos* estratégicos no processo de transformação global, constituindo-se em quadros históricos nos quais “um certo marco de alternativas possíveis, a seleção de uma ou outra pode influir decisivamente no curso ulterior do próprio processo global” (GERMANI, 1973, p. 10). Portanto, a teoria da modernização de Germani aponta para os diferentes momentos de desenvolvimento vividos pelos países, chamando a atenção para as inter-relações econômicas e políticas e, principalmente, para as tensões e convergências entre diferentes etapas de desenvolvimento que existem. Germani afirma:

A característica da transição, a coexistência de formas sociais que pertencem a diferentes épocas, dão um caráter particularmente conflitivo ao processo que é inevitavelmente vivido como *crise*, pois implica uma contínua ruptura com o passado,

um desligamento que só tende a separar pessoas e grupos, como penetra na consciência individual, onde também chegam a coexistir atitudes, ideias, valores pertencentes a diferentes etapas de transição (GERMANI, 1973, p. 78).

Essas teses de Germani reaparecem em outra obra, também discutida por Pereira, intitulada *Sociologia da modernização*, onde o autor discute de forma mais clara o processo de modernização e não apenas a transição geral entre sociedades agrícolas e sociedades industriais. Germani assim define a modernização:

Concebemos a modernização como um processo *global* no qual, entretanto, é necessário distinguir uma série de processos componentes. Em cada país, a peculiaridade da transição resulta, em grande parte, do fato de que a sequência, assim como a velocidade, em que ocorrem tais processos componentes, variam consideravelmente de país para país, por causa das circunstâncias históricas diferentes, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional. Esta variação em taxas e sequências é o que diferencia a transição dos países do Terceiro Mundo da transição dos países atualmente avançados, que se realizou, por sua vez, em épocas distintas (GERMANI, 1974, p. 8).

Germani parte do pressuposto de que todos os países devem passar pela mesma sequência de estágios no seu processo de formação sócio histórica, caminhando todos na mesma direção, embora apresentem ritmos e níveis diferentes. Assim, pela lógica do seu raciocínio, seria algo quase natural a existência de países avançados e outros atrasados, sendo a modernização o processo que aproximaria os *momentos* dos diferentes países ou que faria com que os países retardatários se aproximassem daqueles que teriam partido antes no sentido do desenvolvimento. Essa constitui-se em uma compreensão linear do processo histórico, que coloca em extremos antagônicos as sociedades agrárias e as sociedades industriais. Nessa lógica, almejar o desenvolvimento seria a única alternativa para que os países “atrasados” pudessem tornar-se competitivos num cenário internacional dominado por grandes potências econômicas. Segundo Germani, em referências às “mudanças que se produziram em sociedades que se desenvolveram e se modernizaram anteriormente”,

estas sociedades (especialmente nas nações “centrais” hegemônicas) servem como modelos de transição e, como tais, proporcionam fins alternativos capazes de serem adotados pelos grupos modernizadores das sociedades em desenvolvimento e, em forma mais geral, exercem o conhecido “efeito de demonstração” (GERMANI, 1974, p. 27).

Este conjunto de elaborações teóricas encontrou paralelo na retórica de intelectuais e governantes vinculados ao regime ditatorial em torno da ideia de “Brasil potência”, em grande medida elaborada pela ESG, a partir do desenvolvimento econômico levado a cabo pelos

“governos da revolução”.¹ Suas teses ganharam mais força justamente nos anos do “milagre econômico”, sendo componente fundamental nas representações otimistas produzidas pelo governo e encontrando ressonância na cultura política compartilhada no período. Contudo, esse processo não se deu sem contradições, afinal o otimismo expresso por alguns setores da sociedade contrastava com uma ampliação na repressão aos grupos de oposição, desencadeada com maior força depois do Ato Institucional 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968” (SILVA, 2013b).

Nessa compreensão de desenvolvimento econômico, o processo de modernização faria o Brasil caminhar na mesma direção das grandes potências. Os teóricos da modernização, ao se confrontarem com a diversidade do chamado Terceiro Mundo, “presumiram que estas sociedades estariam destinadas a passar pelas mesmas transformações pelas quais passaram as sociedades do ocidente industrializado”, criando “uma estrutura conceitual perpassada pela fé no progresso, na possibilidade de todos os povos alcançarem a modernidade” (RIBEIRO, 2006, p. 155). Uma interpretação alternativa do processo é apresentada pela ideia de desenvolvimento desigual, segundo a qual “disparidade técnico e social, e a combinação fortuita de elementos, tendência e movimentos pertencentes a diferentes etapas da organização social, dão a base para o surgimento de algo novo e de qualidade superior” (NOVACK, 2008, p. 48).² Nesse processo as diferenças geográficas “estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente” (HARVEY, 2006, p. 111). Em função disso, não seria possível delimitar um caminho único para as mudanças sociais e econômicas nacionais e mesmo regionais, tendo como modelo os países de industrialização mais antiga, sendo possível apontar para a possibilidade de diferentes formas de desenvolvimento, que se dão por meio de processos diversos, ainda que de forma paralela e muitas vezes interligadas ou mesmo interdependentes. Pela teoria do desenvolvimento desigual, percebe-se que “o curso real da história, a passagem de um sistema social a outro, de um nível de organização a outro, é muito mais complicado, heterogêneo e contraditório do que aquele que se pode dar num esquema histórico geral” (NOVACK, 2008, p. 40).

¹ Na doutrina da ESG, colocava-se a perspectiva de transformar o Brasil em uma potência econômica regional e que cumprisse o papel político de liderar os países da região como parte do bloco de países ocidentais, alinhados aos Estados Unidos (SILVA, 2013a).

² A ideia de desenvolvimento desigual, oriunda do pensamento marxista, coloca a possibilidade de coexistirem no mesmo país ou até mesmo em regiões próximas diferentes formas de organização econômica. No caso brasileiro, por exemplo, coexistem tanto formas industriais bastante desenvolvidas e relações ainda bastante arcaicas no campo (THEIS, 2009).

Em Santa Catarina, foi no período do chamado “milagre econômico” que se iniciou o mandato do governador Colombo Salles. No começo da década de 1970, uma parcela da sociedade estava experimentando “um momento de certa euforia, em função do crescimento econômico alcançado no período, tornando as estatísticas positivas um fator de legitimação dos governantes, principalmente entre as camadas médias urbanas” (SILVA, 2013b, p. 26). O “milagre brasileiro”, assim chamado em analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi um período de vários anos consecutivos, entre 1968 e 1973, em que o Produto Interno Bruto (PIB) do país, favorecido por diferentes fatores, teve um crescimento acelerado, com uma média anual de 11,2%. Nesse período de otimismo, o governo de Santa Catarina procurou mobilizar uma parcela da sociedade, no sentido tanto de fazer esses setores de “elite” participarem da elaboração de políticas governamentais como para auxiliar na propaganda das “conquistas” alcançadas por sua administração. Esse processo de crescimento econômico se em grande medida devido à política de arrocho salarial e à intensificação da exploração dos trabalhadores.

Outro elemento presente nas teorias da modernização que se relaciona ao contexto sociopolítico vivenciado por Nereu do Valle Pereira passa pela discussão acerca do processo de secularização. Germani, citado por Pereira, compreende a secularização como um processo composto por três tipos de mudanças. Primeiro, uma mudança na estrutura predominante que rege a ação social e as atitudes internacionalizadas (GERMANI, 1974, p. 15). A segundo é a especialização crescente das instituições e aparecimento de sistemas valorativos específicos e relativamente autônomos para cada esfera institucional. E terceiro, a institucionalização crescente da mudança, superando a institucionalização do tradicional. Esse processo relaciona-se diretamente com a perspectiva de desenvolvimento, na medida em que, segundo Germani,

o requisito universal mínimo para a existência de qualquer sociedade “industrial moderna” consiste na “secularização” do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, de modo que levem ao emprego cada vez maior de fontes energéticas de alto potencial e à maximização da eficiência na produção de bens e serviços (GERMANI, 1974, p. 15-6).

Trata-se, portanto, de alcançar, tanto nas ações do Executivo como no conjunto da administração pública, o uso racional dos recursos e a eficiência nos resultados obtidos. No programa de Colombo Salles, essa questão é assim apresentada:

O Estado moderno é **orgânico** e **organizador**. Para que exija o comportamento ordenado (embora consensual) do cidadão, o Estado deve agir dentro de um esquema

em que os recursos extraídos do contribuinte (fração do PIB apropriada pelo Tesouro) retornem a ele, multiplicados, em serviços diretos ou indiretos (crescimento do PIB). O Plano de Governo é o modo pelo qual a Administração reparte aqueles recursos segundo prioridades que nascem de uma realidade conhecida e a mudar (SALLES, 1971, p. 6).

O processo de secularização conta com um agente fundamental: os técnicos, podendo-se apontar para questões mais conceituais, como a definição dessa categoria explicativa, ou para a prática e a experiência de formação desses agentes. Nesse segundo aspecto, Alcides Abreu, intelectual contemporâneo de Nereu do Valle Pereira e membro de diferentes governos durante a ditadura em Santa Catarina, apresentou contribuições que exerceram bastante influência para a política desenvolvida pelos governantes das décadas de 1960 e 1970, especialmente aqueles em que ele próprio atuou diretamente, particularmente as administrações dos governadores Celso Ramos e de Colombo Salles.

Numa pesquisa intitulada *Universidade e desenvolvimento*, publicada em 1965, Alcides Abreu procura refletir acerca de “alguns aspectos da atualidade catarinense que ensejam e manifestam a conveniência da adoção de uma política determinada de formação e treinamento de pessoal” (ABREU, 1965, p. i). Conforme o autor, o referido estudo destinava-se “à autoridade pública, à Universidade, aos industriais, aos comerciantes, aos educadores em geral, aos estudantes” (ABREU, 1965, p. ii). Portanto, trata-se de uma pesquisa que visava apresentar uma ferramenta teórica e política para os gestores públicos no sentido de defender, por um lado, a escolarização de força de trabalho qualificada para o estado e, de outro, a formação de uma camada de intelectuais que se incorporasse à gestão do Estado. Para o autor, essa política de formação estava relacionada diretamente com o planejamento:

A ideia de planejamento dos recursos humanos surgiu em simultaneidade com a do planejamento da economia em geral. Assim como não é fácil definir e executar as medidas que conduzem ao desenvolvimento harmônico das atividades produtivas, é dificultoso traçar e pôr em marcha os programas pertinentes à valorização dos recursos humanos (...). Para ajustar as pessoas ao mercado de trabalho, no país e no estado, é necessário adotar os processos e técnicas desenvolvidas pela experiência de outras áreas, ou imaginar métodos novos, capazes igualmente de responderem ao desafio (ABREU, 1965, p. i).

Esse trabalho realizado por Alcides Abreu foi levado a público ainda no período da administração Celso Ramos, da qual foi parte, num cenário político ainda influenciado pelo golpe ocorrido no ano anterior. Embora fosse um contexto bastante complexo, Alcides Abreu, procurando afastar-se das disputas políticas então travadas, aponta para uma perspectiva otimista para o estado, destacando a importância da Universidade de Santa Catarina (depois

chamada de Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, conhecida pela sigla UDESC) no processo de desenvolvimento. Para ele, o ensino superior teria como objetivos:

- 1º - formar pessoal capaz de desempenhar postos de direção na coletividade em vias de moderação;
- 2º - desenvolver uma mão de obra tecnicamente instruída e um pessoal instruído tecnicamente (ABREU, 1965, p. 145).

Essa preocupação com a formação dos técnicos resulta da concepção do processo de modernização, relacionado à secularização e à cultura de planejamento e associado a uma forma racional de encarar as ações estatais, almejando certa eficácia administrativa. Termos como técnicos, tecnocratas, tecnólogos e burocratas são utilizados frequentemente para referir-se a esses agentes estatais que controlam as rotinas da administração pública e garantem seu funcionamento harmônico. Contudo, não é possível afirmar que esses conceitos, em especial tecnocratas e burocratas, sejam sinônimos. Segundo Carlos Estevam Martins, burocracia “refere-se à forma particular de organização por meio da qual procura-se imprimir um caráter objetivo, neutro, impessoal e calculável ao funcionamento do staff administrativo” (MARTINS, 1974, p. 30). O autor afirma que a burocratização teria como meta “elevar ao máximo possível a racionalidade do sistema organizacional, permitindo a adequação dos meios aos fins e o cálculo rigoroso dos resultados previsíveis da ação” (MARTINS, 1974, p. 30). Pode-se definir, segundo Martins, que a burocratização seria uma “reforma administrativa” que aumenta a racionalidade do sistema, proporcionalmente ao aumento da concentração do poder de decisão nas mãos da chefia superior (MARTINS, 1974, p. 30-1). Como consequência, “a burocratização esvazia o poder da burocracia e o converte num instrumento simultaneamente eficiente e subserviente a serviço de um comando centralizado e supremo” (MARTINS, 1974, p. 32).

Os técnicos ou tecnólogos possuem uma situação bastante diferenciada, sendo conferidas a eles tarefas “de produzir os conhecimentos de natureza técnico-científica que informam e fundamentam o processo decisório”, cabendo-lhes “descobrir e propor métodos, meios, processos, produtos, alternativas, programas, objetivos e oportunidades superiores aos itens previamente conhecidos e empregados” (MARTINS, 1974, p. 36). Os técnicos são um corpo estranho dentro da organização, na medida em que a sua capacitação técnico-científica não lhes foi outorgado por aquela instituição. Esse fator de poder, inerente a cada indivíduo, não preexiste na linha de comando administrativa e, portanto, não pode ser dali retirada ou deslocada. Martins afirma que “o tecnólogo, como o trabalhador, vem de fora”, ou seja, sua

“base de poder é autônoma. Ninguém, que não seja um tecnólogo, pode fazer em seu lugar o que ele é capaz de fazer” (MARTINS, 1974, p. 40).

Diferencia-se, portanto, o burocrata e o técnico a partir de sua localização na estrutura administrativa: o primeiro faz parte das instâncias organizacionais e seu poder advém dessa localização, enquanto o poder do técnico que está inserido na organização se relaciona com o ambiente externo e, em grande medida, a questões muito mais simbólicas do que às rotinas de caráter operacional. Por outro lado, o tecnocrata, segundo Martins, “seria o tecnólogo que se nega a renunciar à sua condição sociocultural e, em consequência, afirma a especificidade e o primado de um interesse próprio contraposto aos demais” (MARTINS, 1974, p. 40). Pode-se afirmar, portanto, que se trata “de um tecnólogo que está exigindo voz ativa e supremacia a partir de seu próprio poder, um poder que a chefia pode utilizar se e quando de alguma forma conseguir comprá-lo, mas que ela em definitivo não possui como coisa sua” (MARTINS, 1974, p. 41). O tecnocrata não renuncia à sua pretensão de ação e de autoafirmação, fazendo parte da estrutura organizacional e até mesmo confundindo-se com o burocrata, mas mantendo sua autonomia em relação às chefias ou às rotinas operacionais da organização, unificando em torno de si “um patrimônio simbólico próprio, uma herança cultural comum e um destino a ser coletivamente elaborado e compartilhado pelos seus membros” (MARTINS, 1974, p. 42).

Essas definições conceituais permitem pensar alguns elementos políticos do contexto ditatorial. Percebe-se, em primeiro lugar, que durante a ditadura há um aprofundamento na burocratização do Estado, no sentido de consolidar uma cultura de planejamento e métodos de imparcialidade e racionalidade. Segundo, parece haver uma efetiva incorporação de quadros técnicos à estrutura estatal, ampliando as especializações de funções e consolidando um perfil de gestão baseado prioritariamente nessas funções. E em terceiro, um conjunto de técnicos assume posições políticas nos diferentes governos ditatoriais, constituindo gestões em que elementos tecnocráticos convivem com elementos patriarcais e clientelistas, coexistem nessas gestões tanto os métodos modernos de administração como o patrimonialismo. Nesses governos, na qual se inclui a administração de Colombo Salles, a técnica está a serviço da política, servindo não a uma racionalidade abstrata, mas aos interesses de grupos políticos civis e militares.

O desenvolvimento como utopia

O debate acerca de secularização e de modernização e da atuação política dos técnicos, produzida no contexto da ditadura e nos anos que a precederam, tem como fio condutor certa ideia de desenvolvimento. O desenvolvimento seria um estágio de industrialização e organização social avançado ao qual necessariamente todos os países deveriam chegar, transformando as relações sociais e consolidando uma gestão pública que se caracterizasse principalmente pela secularização. Nessa lógica, os países considerados subdesenvolvidos localizados em continentes como América do Sul, África e Ásia deveriam espelhar-se em nações “avançadas” como os Estados Unidos ou os países Europeus.

No Brasil, o desenvolvimento como utopia de sociedade foi um forte componente da cultura política, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Uma de suas maiores expressões dessa perspectiva política é, possivelmente, o processo que levou à construção de Brasília, em 1960. Percebe-se a utopia de desenvolvimento enquanto uma cultura política na confluência da prática política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek com o nacionalismo desenvolvimentista de uma parcela do ISEB, especialmente de Roland Corbisier (OLIVEIRA, 2006, p. 497-9). Por outro lado, na retórica desenvolvimentista do período, o subdesenvolvimento do Brasil seria o responsável pela maior parte de seus problemas sociais, o que justificaria colocar no horizonte político a chegada ao estágio de desenvolvimento industrial dos países “avançados”.

Esse tipo de horizonte de expectativas unia em um curioso bloco os governos “populistas” encabeçados pelo PTB, organizações marxistas como o PCB e suas rupturas e até mesmo setores da direita que participaram do golpe de 1964, fazendo com que as mudanças na política institucional não significassem uma ruptura completa na prática e nos planos de desenvolvimento.³ Nesse sentido, é possível encontrar antigos aliados no trabalhismo atuando nos “governos da revolução”, como em Santa Catarina, onde Alcides Abreu, que assumiu papel decisivo tanto no PLAMEG de Celso Ramos, apoiado pelos trabalhistas do PTB, como no PCD de Colombo Salles, que estava sintonizado com a política desenvolvimentista da ditadura. Em comentários posteriores, Alcides Abreu foi definido como um “propagador do pensamento

³ Analisando o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, e o II PND, do governo de Ernesto Geisel, Suzigan afirma: “Em ambos havia um plano indicativo e mecanismos formais de coordenação dos instrumentos e políticas auxiliares entre si e com a política macroeconômica. Em ambos houve uma opção política pelo desenvolvimento industrial e um papel preponderante do presidente da República, embora sob regimes políticos inteiramente distintos”. Pela análise desenvolvida pelo autor pode-se estender essa comparação ao I PND, na medida em que muitas de suas premissas prepararam as ações da segunda edição do plano (SUZIGAN, 1996, p. 11).

desenvolvimentista” e “um dos ideólogos da elite empresarial catarinense” (MICHELS, 2001, p. 157).

Efetivamente há contribuições e influências de técnicos e intelectuais vinculados ao desenvolvimentismo nos governos posteriores ao golpe. No programa de governo de Colombo Salles, por exemplo, afirma-se que o desenvolvimento “é impositivo pelas circunstâncias de expansão demográfica, da urbanização e da formação de um proletariado urbano crescentemente escolarizado e cujas exigências válidas se multiplicam, tanto em decorrência da elevação do grau de politicidade (sic) como do acesso e uso dos meios de comunicação” (SALLES, 1971, p. 20). Essas palavras, presentes no texto base do PCD, se assemelham a elementos de artigo escrito por Alcides Abreu no ano anterior:

A aceleração do desenvolvimento é impositiva em Santa Catarina, pelas mesmas realidades que o fazem exigido em qualquer região subdesenvolvida. A expansão demográfica acompanhada da urbanização tende a gerar um proletariado urbano que, organizado em sindicatos envereda pela área política para obter a realização dos direitos fundamentais (trabalho, educação, saúde, previdência etc.) e mesmo concessões. De outro lado, as facilidades da comunicação (diversas formas de imprensa, rádio, televisão) simplificam o intercâmbio e acendem impulsos de consumo. Finalmente o desenvolvimento é reclamado para minimizar as desigualdades e maximizar a estabilidade. Constitui-se ele, assim, na resposta à problemática geral da coletividade (ABREU, 1970, p. 22).

Para Abreu, portanto, o desenvolvimento está associado ao processo de modernização, materializado em processos como a urbanização e a industrialização. Por outro lado, também para o autor trata-se de um processo que poderia levar de um estágio subdesenvolvido de organização para o propalado desenvolvimento. Abreu destacava que este fim seria alcançado por meio da ação coletiva, promovendo mudanças em diferentes âmbitos e por meio da atuação de diferentes agentes. Nesse sentido, afirmava que, “como processo social de caráter global, o desenvolvimento não é obra nem do governo, nem da empresa, nem do indivíduo. É o resultado da ação conjugada dos esforços das pessoas, das empresas e do governo” (ABREU, 1970, p. 21). O autor parece perceber a sociedade como uma estrutura orgânica, em que as diferentes partes se influenciam mutuamente.

Neste texto, como em outros, Alcides Abreu defende a necessidade da intervenção estatal na economia, por meio de planejamento e de incentivos fiscais, com o objetivo de alcançar o que entende por desenvolvimento econômico, ou seja, a industrialização. Para Abreu, o subdesenvolvimento, expresso na relação periférica da economia catarinense em relação à economia nacional, deve-se à falta de industrialização e à incipiência de ramos dinâmicos da

indústria no estado. Como forma de superar essas limitações, “o autor vê a ação do Estado como complementar à ação privada, pois ela também teve e tem um papel significativo na economia catarinense” (MICHELS, 2001, p. 154-6).

Essa relação entre o capital privado e o Estado aparece com frequência nos documentos da administração Colombo Salles. Por exemplo, quando se refere à taxa de expansão que a economia vinha alcançando nos anos da ditadura, o documento base do PCD afirma que a manutenção desse crescimento

depende das ações privadas e dos desempenhos governamentais. O empresário catarinense, da agricultura como da indústria e do comércio, está suficientemente motivado para elevar os índices de produtividade e, simultaneamente, expandir os empreendimentos, aumentando o nível de emprego (SALLES, 1971, p. 6).

Nesse mesmo sentido, em discurso na Assembleia Legislativa, em outubro de 1970, o então candidato ao governo de Santa Catarina afirmava:

Não creio que caiba ao Estado substituir a empresa; creio, sim, caber ao Estado e à empresa uma simbiose de intenções. (...) Um dos fatores do desenvolvimento é a empresa, nas suas múltiplas apresentações. Ela é uma das instituições indicadas para multiplicar os rendimentos individuais e para ampliar o bem-estar coletivo (SALLES, 1972, p. 63).

Portanto, seja nas propostas teóricas de Alcides Abreu, seja no programa exposto por Colombo Salles, defende-se uma relação estreita entre o estado e a empresa privada. Nesse sentido, pode-se perceber que na ditadura os governadores indicados pelos militares demonstram certo predomínio de empresários articulados à ARENA. No caso de Colombo Salles, eleito indiretamente em 1970, seu vice era Atílio Fontana, originário da rede político da PSD, proprietário da SADIA, uma das principais empresas de produção de alimentos do oeste de Santa Catarina. Na gestão seguinte, foram eleitos também indiretamente Antonio Carlos Konder Reis e o empresário Marcos Henrique Buchler, ambos ligados ao conselho administrativo da WEG, uma das principais empresas da área de metalmeccânica do norte do estado. A partir da análise deste e de outros dados, “é atestado que os empresários durante o Regime Militar formaram a principal rede de comando no cenário político de Santa Catarina” (MAY, 1998, p. 142).

O fio condutor que une o desenvolvimentismo dos governos “populistas” e a ditadura parece ser a permanência das utopias de desenvolvimento, que ainda permeavam as culturas políticas das décadas de 1960 e 1970. No contexto anterior ao golpe de 1964, “a proposta de modernização desenvolvimentista, dirigida pelo Estado, contagiou expressivo segmento da

população brasileira” (NEVES, 2001, p. 173). Esse apoio às ações estatais, no sentido da intervenção econômica e social, não se rompeu após 1964, afinal no modelo de desenvolvimento elaborado pela ditadura o principal sujeito continuou a ser Estado. Sua ação poderia ser a ampliação das riquezas produzidas, o investimento em créditos habitacionais ou a construção de empresas públicas para a exploração de setores estratégicos da economia. Contudo, independente de qual fosse sua ação, a modernização que levaria ao desenvolvimento seria obra de um Estado secularizado, ainda que em aliança com os setores privados da economia. O planejamento, neste caso, seria a ferramenta privilegiada, ao permitir a adoção de medidas que teriam um impacto de médio e de longo prazo, possibilitando projetar um futuro imaginado. Portanto, cruza-se aqui uma cultura política calcada no planejamento com as expectativas em torno das utopias de desenvolvimento, gestadas antes e depois de 1964.

Considerações finais

Em diferentes momentos, o uso da utopia do desenvolvimento como discurso político criou uma série de mitificações acerca do futuro, visando a conquista de apoio para as políticas desenvolvidas no seu contexto. Durante a ditadura, os governos militares parecem ter se apropriado de parte dessa retórica, incorporando em suas políticas que visavam o crescimento econômico, embora mantendo a desigualdade na distribuição de renda. Em Santa Catarina, em grande medida durante o chamado “milagre econômico”, essa retórica foi utilizada para construir a legitimidade em torno do governo Colombo Salles. Esses discursos tinham como base a ideia de modernização, em que as sociedades deveriam passar por um processo que deveria levar à industrialização e à urbanização.

Relacionando-se esse fator com o otimismo construído no contexto do “milagre brasileiro” e a consolidação da cultura de planejamento experimentada pela população, pode-se pensar em um sistema simbólico que visava consolidar o apoio aos “governos da revolução”, minimizando a importância da intervenção externa na economia e o aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse mito construído pelos discursos da ditadura, o processo de modernização gradativamente colocaria fim a todos os problemas sociais e possibilitaria chegar, finalmente, passadas várias décadas, a um estágio de desenvolvimento semelhante ao dos Estados Unidos ou de alguns países da Europa.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alcides. *Panorama infraestrutural de Santa Catarina: as comunicações*. Florianópolis: ADESG, 1970.
- ABREU, Alcides. *Universidade e desenvolvimento*. Florianópolis: [s.n.], 1965.
- EISENSTADT, S. N. *Modernização: protesto e mudança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo de caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia e capitalismo: a política dos técnicos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998.
- MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997*. 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- NEVES, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimento: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, mai./ago. 2006.
- PEREIRA, Nereu do Vale. *Desenvolvimento e modernização: um estudo da modernização em Florianópolis*. Florianópolis, Lunardelli, 1974.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA. *Perspectivas*, São Paulo, nº 30, 2006.
- SALLES, Colombo Machado. *Geometria de linhas claras*. Florianópolis: [s.n.], [1972].
- SALLES, Colombo Machado. *Projeto Catarinense de Desenvolvimento*. Florianópolis, [s.n.], 1971.
- SILVA, Michel. Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina. *Contra a Corrente*, Nº 10, 2013a.
- SILVA, Michel. *Planejamento, modernização e cultura política*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013b.
- SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 1, jan.-mar. 1996.
- THEIS, Ivo. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.

Recebido em 11/05/2019.

Aceito em 10/08/2019.